AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP.

ROSÂNGELA ROSÂNGELA;

FCT/UNESP

PRESIDENTE PRUDENTE - SP - BRASIL

rosangel@prudente.unesp.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES NA AGRICULTURA

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP.

Grupo de Pesquisa: Instituições e Organizações na Agricultura

Resumo

A pesquisa teve como objetivo principal identificar e analisar as características das associações de produtores rurais existentes nos vinte e um (21) municípios que integram o Escritório de Desenvolvimento Rural – EDR de Presidente Prudente. Para se alcançar esse objetivo procedeu-se, além da revisão bibliográfica sobre a organização coletiva no meio rural, o levantamento de dados de fonte secundária (LUPA, 1997) e primária, por meio da elaboração e aplicação de questionário aos presidentes das associações de produtores rurais. A escolha desta área para a realização da pesquisa se deve ao fato de concentrar um grande número de pequenas unidades produtivas rurais que, embora apresentem significativa importância econômica e social, têm enfrentado inúmeras dificuldades de ordem tecnológica, econômica e social para se manterem no campo. Nesse contexto, as associações de produtores poderiam se constituir numa estratégia importante para garantir a manutenção da propriedade, bem como a reprodução econômica e social da família. Todavia, em virtude da falta de comprometimento e de participação mais efetiva dos produtores, as associações têm encontrado dificuldades para se constituírem como um espaço de discussão dos problemas e de busca de alternativas bem como a sua efetivação como um canal de representação dos interesses dos produtores na escala local, impossibilitando a articulação com outros agentes e/ou órgãos, o que poderia melhorar as condições de produção e de reprodução social e econômica dos produtores.

1. Introdução

A organização de movimentos coletivos tornou-se, segundo Boshi (1987) o elemento chave na dinâmica da mudança social no Brasil a partir dos anos 1980. Assim, manifestações coletivas na forma de associações organizadas, ações esporádicas de massa ou movimentos sociais mais amplos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tornaram-se instrumentos políticos privilegiados para expressar o protesto e encaminhar as demandas sociais.

Considerando a diversidade de experiências e as diferentes formas de organizações coletivas presentes no meio rural, a pesquisa teve como objetivo principal identificar e analisar as características das associações de produtores rurais existentes nos 21 municípios que integram o Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente.

A escolha desta área se deve ao fato de concentrar um grande número de pequenas unidades produtivas rurais que, embora ocupem área relativamente pequena, têm sido responsáveis por parte significativa da produção agropecuária, além de absorverem o maior contingente de pessoal ocupado no meio rural. Apesar de sua importância econômica e social, esses pequenos produtores têm enfrentado inúmeras dificuldades para se manterem no campo.

Nesse contexto, as associações de produtores, dependendo do grau de envolvimento e de participação dos produtores, poderiam se constituir num importante espaço de discussão, de busca de alternativas aos problemas enfrentados e de articulação com as demais esferas do poder local (prefeitura municipal, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Casa da Agricultura etc.). A médio e longo prazo, dependendo das articulações estabelecidas, favoreceriam a discussão e a implementação de um projeto de desenvolvimento com base nas potencialidades locais. Todavia, dadas às dificuldades e aos problemas enfrentados, as associações não conseguem, com raras exceções, atingir os seus objetivos mais imediatos ligados à prestação de serviços (motomecanização e aquisição conjunta de insumos químicos).

Tendo em vista essa situação é que se propôs o desenvolvimento da pesquisa, que envolveu além da revisão bibliográfica, o levantamento de dados de fonte secundária e primária.

Além desta introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas, o artigo esta estruturado em três partes. Na primeira se abordam aspectos referentes à ação coletiva no meio rural; na segunda, o papel desempenhado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio dos técnicos das Casas de Agricultura, para incentivar a criação ou a consolidação de associações de produtores nos municípios; e, na terceira e última, o diagnóstico das associações de produtores existentes no EDR de Presidente Prudente.

2. A Organização Coletiva no Meio Rural Brasileiro

O meio rural sempre propiciou condições favoráveis ao surgimento e ao desenvolvimento de diversas formas de organização coletiva dos produtores, moradores e trabalhadores. Tal fato explica-se, do ponto de vista social, pela presença mais expressiva de laços de solidariedade e de proximidade entre seus moradores, que podem estar fundamentados em relações de vizinhança, de parentesco ou de características religiosas. Do ponto de vista econômico, as dificuldades inerentes ao próprio desenvolvimento das

atividades agropecuárias, tais como o acesso a terra, ao crédito rural e a assistência técnica, além de problemas na comercialização, na infra-estrutura disponível (silos, estradas pavimentadas ou em boas condições de tráfego), entre outros, têm levado os produtores rurais a se organizarem de forma coletiva.

De acordo com Olson (1978, p. 24), a ação coletiva é definida como aquela em que um grupo se organiza motivado por um objetivo comum, com o objetivo de "produzir um bem coletivo".

Para Crozier e Friedberg (1977, p. 18)

> (...) l' organisation est un processus de creation collective a travers lequel les membres d une collectivite apprennent ensemble, c' est-a- dire inventent et fixent de nouvelles facons de jouer le jeu social de la cooperation et du conflit et (...) acquierent les capacites cognitives, relationnelles et organisationnelles correspondantes.

Nesse contexto, a ação coletiva ou a organização coletiva não deve ser entendida como um fenômeno natural, mas como uma construção social, na qual seus atores (produtores, trabalhadores e/ou moradores rurais) estão ligados entre si por uma rede ou um sistema de relações sociais, que são permeadas pela cooperação, pelos conflitos e pelas contradições (LISBOA, 2001).

Esse sistema de relações sociais ao mesmo tempo em que permite a intermediação entre os atores sociais, o Estado, a iniciativa privada e o mercado (LISBOA, 2001), podem propiciar, em diferentes escalas, múltiplas oportunidades de participação na tomada de decisões visando à conquista da cidadania, expressa por meio do acesso a determinados serviços de infra-estrutura básica (como rede elétrica, saneamento, estradas etc.) e ao desenvolvimento local.

Do ponto de vista legal, as associações de produtores rurais são definidas como sociedades civis, sem fins lucrativos, que podem desempenhar funções tanto de representação de interesses dos agricultores junto a outras instâncias de poder, como de prestação de assistência social e serviços aos seus associados.

Silveira et. al. (1999) observam que a organização coletiva expressa por meio das associações de produtores deve ser entendida como resposta a uma situação em que a ação individual não consegue atender as demandas e as reivindicações de determinados segmentos sociais.

Nesse contexto**,** as associações de produtores rurais surgem em razão da incapacidade de outros canais de representação, como os sindicatos rurais e as cooperativas, de darem respostas satisfatórias e constantes às demandas dos agricultores, constituindo-se num importante meio para a viabilização de pequenos produtores rurais frente aos altos custos de produção, as exigências tecnológicas e as dificuldades de comercialização.

Assim, pode-se afirmar que, de maneira geral, as associações de produtores têm sido constituídas para se atingir objetivos bem definidos, como reduzir a intermediação comercial, efetuar a aquisição conjunta de insumos e propiciar a utilização de máquinas e equipamentos agrícolas (Silveira et al., 1999).

3. As Associações de Produtores Rurais no Estado de São Paulo

No Estado de São Paulo, as primeiras experiências de organização dos produtores rurais foram incentivadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio das Casas de Agricultura, na década de 1980.

Nessa fase, ficava a cargo do engenheiro agrônomo ou do veterinário responsável pela Casa da Agricultura incentivar e, em alguns casos, até arregimentar produtores visando à criação de associações, como também encaminhar os trâmites legais, além de organizá-la na sua fase inicial.

Entretanto, como a criação e a organização das associações não partiam da necessidade ou dos anseios dos produtores e, sobretudo, da consciência dos mesmos sobre a sua importância para a agregação de esforços no intuito de encontrar soluções para os problemas e dificuldades comuns enfrentados pelos associados, várias destas tentativas acabaram não se desenvolvendo.

As associações que conseguiram, apesar das dificuldades, aglutinarem um conjunto de pequenos produtores rurais para, de forma coletiva, discutir os problemas enfrentados no cotidiano, proporem alternativas e encaminhar as demandas e, ainda, quando possível, desenvolver outras atividades – como a organização de cursos técnicos, palestras etc. -, logrando êxito, devem tal iniciativa à presença de uma liderança no meio rural. Isso porque, embora o nível de filiação de produtores seja relativamente expressivo, a participação efetiva nessas organizações tende a ser reduzida, como observa Demo (2001). Dessa forma, a presença de um líder (produtor ou técnico rural) com relativa capacidade de discernimento acaba se constituindo num elemento fundamental no sentido de congregar os demais produtores em torno de um objetivo comum.

Após várias experiências frustradas, a Secretaria Estadual de Agricultura abandonou essa estratégia de estímulo à organização coletiva dos produtores rurais.

Essa situação, entretanto, começou a mudar em virtude de uma nova conjuntura econômica e política do país, derivada por um lado, pelo aprofundamento da crise financeira do Estado brasileiro na década de 1980 e a adoção do modelo neoliberal, no início dos anos 1990 e, por outro, pelo desencadeamento do processo de descentralização político-administrativo, propiciado pela Constituição de 1988. Nesse novo contexto político e econômico, o município tornou-se a escala privilegiada para a implementação e a gestão das políticas públicas.

Assim, temas como poder local, participação social, autogestão, desenvolvimento sustentável, representação e formas de organização coletiva ganharam destacada relevância no cenário nacional [1].

No final dos anos 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o desencadeamento do processo de descentralização da administração, que redefiniu as atribuições entre as esferas do poder público (municipal, estadual e federal), os municípios tiveram suas funções ampliadas, já que diversos serviços antes prestados pelo Estado, como saúde e educação, passaram a ser de sua competência.

Em contrapartida, houve proporcionalmente tendência à diminuição da participação dos municípios nos recursos tributários e fiscais, já que o Estado passou a criar

[1]Becker (1986, p. 51) observa que a valorização do poder territorial na "escala local é expressa em termos de desenvolvimento agropolitano, comunidade local, mobilização popular, descentralização da decisão, etc." Segundo esta autora, o mesmo discurso do pode local pode abrigar motivações e conteúdos ideológicos bastante diversos, tais como o da Igreja Católica – com a formação de comunidades rurais e urbanas seguindo preceitos de justiça social -, de grupos liberais – com propostas de políticas regionais para áreas pobres da África e da Ásia – e do Banco Mundial - com sua política de concessão de financiamentos a projetos selecionados.

contribuições (receitas da União não compartilhadas com estados e municípios) em detrimento de impostos. Um dos objetivos da descentralização era possibilitar uma maior participação da sociedade civil, por meio de seus representantes, nos Conselhos Municipais visando à gestão, o acompanhamento e à fiscalização das atividades da administração pública.

Concomitantemente a esse processo, o Estado passou a condicionar a liberação integral ou parcial de recursos às municipalidades por meio da formação desses conselhos, além de criar linhas especiais de crédito direcionadas para formas coletivas como cooperativas e associações de produtores.

Para Gerlach; Batalha (2003, p. 04)

> O modelo associativo induzido pelo Estado resulta em organizações com duplo sentido: prestação de serviços de promoção humana e social aos moradores da localidade e repasse de recursos oficiais. Nas associações, os pequenos produtores podem ter acesso aos benefícios do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) e, via Conselho de Desenvolvimento Rural (CMDR), se habilitam ao financiamento do programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em que pese esses aspectos de subordinação ao Estado, pode-se dizer que, de certo modo, a associação representa um encurtamento da distância dos direitos ou uma possibilidade de representação baseado no estabelecimento de canal de comunicação com o poder político local ou estadual, uma forma de
>
> mediação de interesses ainda não absorvida até mesmo pelos pequenos produtores.

Assim, apesar do estímulo oficial via concessão de créditos e da importância que as organizações coletivas de produtores poderiam adquirir, verifica-se que grande parte dessas estruturas formais de representação tem passado por inúmeras dificuldades de ordem econômica, social, cultural e/ou política.

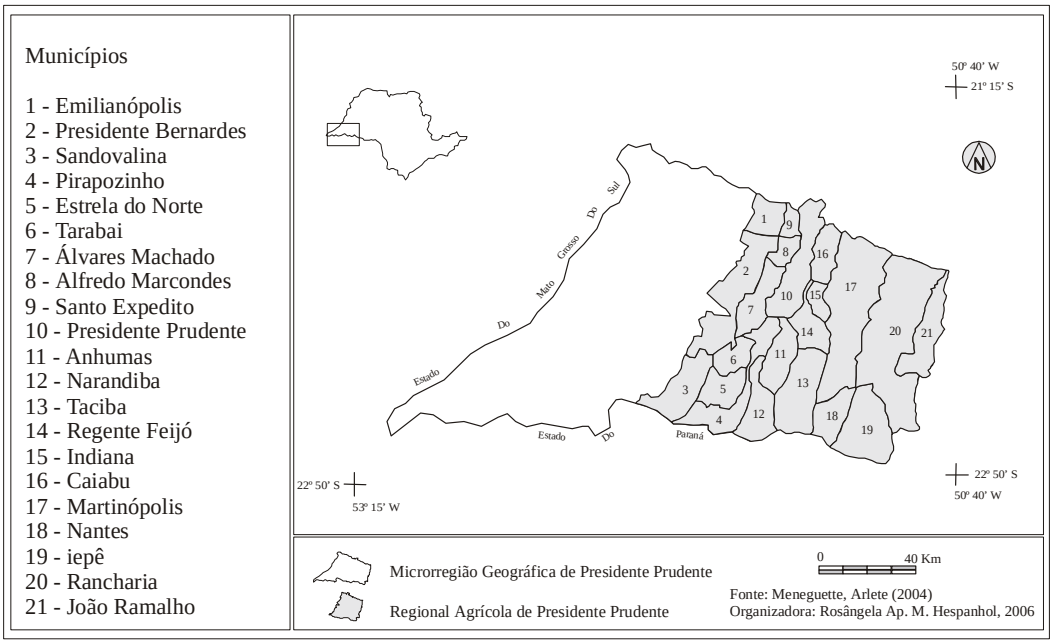
No Estado de São Paulo, segundo dados oficiais da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento (HIRIART et al., 1999), existiam legalmente constituídas em 1998 um total de 436 associações de produtores rurais, sendo que na área abarcada pelo EDR de Presidente Prudente havia oficialmente 31 associações de produtores, que representavam 7,34% do total estadual[2]. No entanto, quantas efetivamente atuavam, de que forma, quais os principais problemas e dificuldades enfrentados e qual a capacidade de representação dessas associações na região foram algumas questões que a pesquisa procurou investigar.

4. As Associações de Produtores Rurais no EDR de Presidente Prudente

Na área abarcada pelo Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (Figura 01), que compreende vinte e um (21) municípios, o número de produtores filiados às associações em 1996 compreendia apenas 24,37% do total (LUPA,1997)..

Figura 01 – Municípios que compõem o Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente – 2006.

[2] Deve-se destacar que o EDR de Presidente Prudente, juntamente com os de Jales e de Registro, foi o que apresentou em 1998 o maior número de associações de produtores rurais (LUPA, 1997).



Considerando esse baixo grau de associativismo entre os produtores rurais, se avaliou pertinente: a) identificar as associações existentes por município; e b) realizar um diagnóstico da situação dessas associações de produtores no EDR de Presidente Prudente.

Esse diagnóstico foi realizado com base num questionário elaborado e aplicado junto aos presidentes das associações de produtores dos respectivos municípios, no qual se solicitavam informações sobre os seguintes aspectos: ano de criação; formalização jurídica ou não da associação; reconhecimento ou não da associação como entidade de utilidade pública; número de associados; periodicidade e local de realização das reuniões; principais atividades desenvolvidas; e dificuldades enfrentadas.

Entre os vinte e um (21) municípios componentes do EDR de Presidente Prudente, constatou-se a existência de associações de produtores em vinte (20) destes. Entre os municípios pesquisados, destacaram-se, em termos do número de associações, Presidente Bernardes e Álvares Machado, com oito (08) e três (03) associações, respectivamente.

Deve-se destacar que nesses dois municípios os fatores explicativos para o número relativamente expressivo de associações são: em Presidente Bernardes há um grande número de assentamentos rurais, onde são estimuladas formas coletivas de organização, como os grupos de interesse e as associações de produtores e, em Álvares Machado, tem-se a combinação de fatores culturais (presença intensa de imigrantes e descendentes de japoneses) e políticos (administração municipal que incentivou no final dos anos 1990 a organização dos produtores e moradores rurais em associações).

De forma geral, uma característica marcante das associações presentes no EDR de Presidente Prudente diz respeito ao fato de que a maioria (90,0%) agrega os produtores por categoria (familiares) e porte (pequenos – até 50 hectares), não sendo especializadas na produção. Essa característica da grande maioria das associações pode, em certa medida, explicar as dificuldades encontradas em termos de participação dos associados, já que os objetivos, os interesses e as demandas são diferenciadas dependendo das atividades

produtivas desenvolvidas. Essa forma de organização ao mesmo tempo em que pode favorecer o contato e o convívio com demandas diferentes, pode também dificultar a coesão do grupo, já que há a necessidade de não se ater apenas aos problemas estritamente ligados à produção, mas se direcionar os esforços para a elaboração de um projeto comum, que seja partilhado por todos ou pela maioria dos associados.

Entre as 29 associações de produtores rurais que responderam ao questionário, apenas 04 foram criadas até 1988. No período entre 1991 e 2000 foram criadas 15 associações e, a partir de 2001, mais 10. Nesse último período, destaca-se o fato de que apenas no ano de 2001 foram criadas 09 associações de produtores.

A criação desse grande número de associações no período mais recente pode ser apreendida como resultado da mudança de enfoque nas políticas públicas, ocorrida a partir de meados dos anos 1990. Isso porque, o governo federal, por meio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) passou a direcionar recursos para estimular a criação ou a consolidação de formas coletivas de organização, como cooperativas e associações de produtores rurais.

No âmbito estadual, essa tendência de estimular a formação de associações rurais ou fortalecer as já existentes, foi verificada com a implantação do Programa de Microbacias Hidrográficas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Nesse programa foram selecionadas áreas (microbacias) em que os produtores já se encontrassem organizados coletivamente por meio de associações.

Das 29 associações, apenas três não estão formalizadas do ponto de vista legal, o que representa pouco mais de 10% do total. No entanto, do total (29), apenas quatro associações são reconhecidas como entidades de utilidade pública.

Com relação ao número de produtores associados, constatou-se que a maior parcela das associações (65,52%) é composta por menos de 50 integrantes. Entre 50 e 90 produtores associados correspondem a 27,58% das associações e, com 120 e 210 associados são apenas duas associações, representando em termos relativos 3,45% cada.

Esse número relativamente grande de associações compostas por menos de 50 produtores associados revela a predominância, em termos de porte, de pequenas associações, haja vista que de 65,52% destas, as que possuem entre 20 e menos de 40 associados representam 48,28% desse total.

Com um número relativamente pequeno de associados, as associações têm maiores dificuldades econômicas de se manterem de forma independente das ingerências político-partidárias, já que dependem, na maioria dos casos, quase que exclusivamente das contribuições mensais pagas pelos associados – que variam entre R$ 5,00 e R$ 20,00 - e do recebimento pelos serviços prestados, geralmente expressos no aluguel cobrado pelo uso das máquinas e implementos agrícolas[3].

Na medida em que, a dependência em relação ao poder político local se amplia, tende a diminuir, por um lado, a capacidade de representação da associação como uma instância mediadora entre os produtores e as demais esferas (a Prefeitura Municipal, o CMDR, a Casa da Agricultura, os intermediários etc.) e, por outro, o seu papel frente aos produtores, como um espaço que possibilita a troca de experiências, a discussão dos problemas enfrentados e a busca de suas soluções, propiciando o reconhecimento da identidade dos associados como produtores rurais. Quando isso ocorre, torna-se mais

[3] Deve-se ressaltar que o aluguel cobrado (por hora) pela utilização das máquinas e implementos agrícolas disponíveis nas associações varia, normalmente, de 1/3 a 2/3 do preço cobrado por terceiros.

difícil conseguir o envolvimento dos associados já existentes, que em muitos casos simplesmente deixam de participar das associações, além de impossibilitar a atração de novos produtores, que poderiam estar ampliando a base de participação e de representação da associação na escala local.

Essa dependência de outros agentes externos à associação fica expressa, por exemplo, no fato de que a maioria destas (75,87%) não dispõe de um local próprio (sede) para realizar as reuniões e as demais atividades programadas, dependendo da cessão de um espaço pela Casa da Agricultura, igreja, escolas ou mesmo de um dos produtores associados. Apenas 10,34% das associações afirmaram possuir uma sede própria.

A não disponibilidade de uma sede própria pela maioria das associações interfere, de certa forma, na freqüência com que as reuniões dos associados são realizadas. Isso porque, quando questionados com que freqüência estas eram realizadas, a maioria dos dirigentes (72,41%) respondeu que elas eram regulares, enquanto que os demais (27,59%) informaram que as reuniões não tinham nenhuma regularidade.

Entretanto, ao compararmos esse percentual (72,41%) de dirigentes que afirmaram realizar reuniões regularmente, com os dados referentes à periodicidade das mesmas, constatamos que: 48,28% das associações de produtores realizam reuniões mensalmente; 24,14% não têm periodicidade definida, convocando reuniões somente quando há a necessidade de se tratar de assunto importante ou quando solicitado por algum dos associados; e, as demais associações, ou seja, 20,69% realizam reuniões com freqüência variada, podendo ser bimestral, semestral ou mesmo anualmente.

Considerando que é durante a realização das reuniões da associação, que se propiciam aos produtores a oportunidade efetiva da sua participação e do seu envolvimento com os assuntos tratados, o fato de ocorrerem em 20,69% das associações com periodicidade variada e em 24,14% sem nenhuma periodicidade, coloca em dúvida a capacidade dessas organizações em termos de sua representativa e legitimidade como mediadora dos interesses dos produtores na escala local e como instância reveladora das reais necessidades destes em termos de políticas públicas, como é o caso do PRONAF e do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

Com relação à principal dificuldade apontada pelos dirigentes das associações de produtores para o seu pleno funcionamento, destacou-se a falta de interesse e de participação dos associados (44,83%).

Se somarmos essa percentagem (44,83%), as apresentadas pelas outras dificuldades identificadas pelos dirigentes, como o predomínio de interesses próprios (6,90%), o individualismo (6,90%), a falta de participação e de apoio político (6,90%) e a falta de espírito associativo (3,45%), temos que em 68,98% das associações do EDR de Presidente Prudente pesquisadas, o principal problema enfrentado refere-se à questão da participação efetiva, ou seja, ao engajamento dos produtores na associação.

Essa falta de participação e de envolvimento por parte dos produtores com a associação se deve:

a) ao conhecimento de várias experiências de organizações coletivas (associação e cooperativas, principalmente) que não lograram êxito na região e que, em muitos casos, resultaram em prejuízos econômicos aos produtores rurais;

b) a ingerência político-partidária na gestão das associações, transformando-as em "cabos eleitorais" ou como instâncias para a realização de favores pessoais ao prefeito, ao vereador etc.;

c) ao próprio perfil sócio-cultural do produtor rural do Oeste Paulista, ainda muito impregnado do individualismo e do imediatismo em termos das ações ou dos resultados a serem alcançados.

Assim, como observa Lisboa (2001) ao mesmo tempo em que as organizações coletivas podem se constituir num campo privilegiado de conquistas e de experiências para os produtores rurais no âmbito do lugar, a não participação efetiva destes atores sociais pode favorecer um ambiente de alienação e de cooptação por parte do Estado ou das instâncias do poder local.

Com relação às atividades desenvolvidas pelas associações em prol dos associados, destaca-se que a grande maioria (58,62%) presta serviços de motomecanização. Constatou-se que essas associações administram o uso coletivo de tratores e implementos agrícolas, cobrando uma taxa de uso bastante inferior àquela vigente no mercado. Dessa forma, muitas associações se mantêm economicamente em virtude da possibilidade de disporem de máquinas e implementos agrícolas (patrulha agrícola), as quais são alugadas aos produtores. Em muitos casos, o produtor é associado apenas para usufruir do menor preço cobrado pelo uso das máquinas e implementos agrícolas, não havendo propriamente um espírito associativo ou mesmo o reconhecimento da importância que a associação pode assumir na escala local.

Outra atividade importante realizada pelas associações diz respeito à aquisição conjunta de insumos químicos (10,34%), que tem seus preços reduzidos por serem adquiridos em grande volume, além de disporem de maior prazo para a realização do pagamento.

A importância da prestação de serviços de motomecanização e da aquisição de forma coletiva de insumos agrícolas se justifica pelo fato de que há um grande contingente de associados (62,07%) que se dedicam ao cultivo de lavouras, combinadas ou não com a pecuária de leite.

Dessa forma, constata-se que as associações pesquisadas desempenham um papel muito mais importante como prestadoras de serviços do que como espaços propícios à discussão de problemas e da busca coletiva de alternativas às dificuldades enfrentadas ou como instância de representação dos interesses dos produtores na escala local.

5. Considerações Finais

Com o desenvolvimento da pesquisa constatou-se que a maioria das associações de produtores existentes na área de abrangência do EDR de Presidente Prudente tem como característica comum o fato de agregarem os produtores por categoria (familiares) e porte (pequenos), não sendo especializadas na produção. Essa característica pode ser um dos fatores que explica o baixo grau de participação dos produtores nas associações, já que os interesses e objetivos nem sempre são comuns e, por isso, não são compartilhados pela maioria dos associados.

Destacou-se também que a maior parcela dessas associações se constitui apenas como prestadora de serviços (motomecanização e aquisição de insumos) aos produtores.

Um dos maiores problemas enfrentados pelas associações refere-se à falta de participação efetiva dos associados. Essa falta de participação dos produtores nas associações pode ser explicada na região por um conjunto de fatores, tais como: a) existência de experiências anteriores de organizações coletivas (cooperativas) que não lograram êxito e, que em muitos casos, resultaram em prejuízos aos produtores rurais; b)

ingerência político-partidária na gestão das associações; c) descrédito dos produtores rurais em relação às instituições e, em particular, as políticas públicas direcionadas ao meio rural; e, d) ausência de uma cultura de participação coletiva na tomada de decisões.

Observou-se também que as associações de produtores rurais por estarem localizadas nas comunidades, podem propiciar tanto a diminuição ou a eliminação de certas dificuldades em termos de acesso (distância geográfica, entraves burocráticos, informações etc.), facilitando a participação, o controle e a representação dos interesses dos associados na escala local, como fortalecer ou legitimar práticas clientelistas e paternalistas, que resultam na alienação dos produtores ou na cooptação das associações por práticas políticas coronelistas.

Como ficam apenas ao nível das necessidades cotidianas e do curto prazo, as associações não conseguem se constituir em espaço de discussão dos problemas que envolvem a comunidade e não apenas os agricultores. Nesse sentido, não conseguem avançar em termos da articulação com outros agentes e instituições, como os CMDRs, na proposta de um projeto de desenvolvimento com base nas potencialidades locais.

Outro problema se refere à incapacidade de serem reconhecidas na escala local como instância de representação dos interesses dos agricultores, ficando estes muitas vezes à margem das decisões políticas tomadas pela administração municipal que favorecem apenas aos interesses de uma minoria. Nesses casos, perde-se a oportunidade da construção de um espaço coletivo de participação, de efetivação de um canal de representação dos interesses dos produtores na escala local e de articulação com outros agentes e/ou instituições (como a prefeitura municipal, a Casa da Agricultura, o CMDR etc.) que poderiam melhorar as condições de reprodução econômica e social dos produtores.

Enquanto isso não ocorre, esvazia-se de significado a importância das associações de produtores, dos CMDRs e, por conseqüência, dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, que tornam-se mera burocratização da participação social.

6. Referências Bibliográficas

BECKER, B. A crise do Estado e a região – A estratégia da descentralização em questão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 48 (01): 43-62, 1986.

BOSHI, R.R. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas, 1987.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **L'acteur et le système**. Paris: Seuil, 1977, 478 p.

DEMO, Pedro. **Cidadania pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001. 118 p. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 80).

GERLACH, F. R.; BATALHA, M. O. Associação ou cooperativa? Implicações do associativismo para o meio rural. **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL,** Juiz de Fora, 41, 2003. *Anais*... Juiz de Fora: SOBER, 2003 (CD - Rom).

LISBOA, J. B. Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política. In: MENEZES, A. V. C.; PINTO, J. E. S. S. (Org.) **Linhas geográficas.** Aracaju: Núcleo de Pós-Graduação/UFS, p. 185-327, 2001.

OLSON, M. **Lógica da ação coletiva**. Paris: PUF, 1987, 199 p.

HIRIART, M. M. et al. **Associações de Produtores Rurais do Estado de São Paulo: Informações Básicas.** São Paulo: SAA/ICA, 1999. 191 p. (Série Estudos e Pesquisas, 1/99).

SILVEIRA, P. R. C. et al. A diversidade do associativismo na Região do Corede – Centro/RS e sua importância para o desenvolvimento regional. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, Foz do Iguaçu, 37, 1999. *Anais*... Foz do Iguaçu: SOBER, 1999 (CD-Rom).